

# **Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.**

**Demonstrações contábeis  
31 de dezembro de 2021**

# Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Balanço patrimonial	6
Demonstração do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis	11



São Paulo Corporate Towers  
Av. Presidente Juscelino Kubitschek,  
1909  
Vila Nova Conceição, São Paulo - SP,  
04543-011

Tel: +55 11 2573 3000  
ey.com.br

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis**

Aos Administradores e Acionistas da  
**Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.**  
São Paulo – SP

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis**

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



São Paulo Corporate Towers  
Av. Presidente Juscelino Kubitschek,  
1909  
Vila Nova Conceição, São Paulo - SP,  
04543-011

Tel: +55 11 2573 3000  
ey.com.br

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



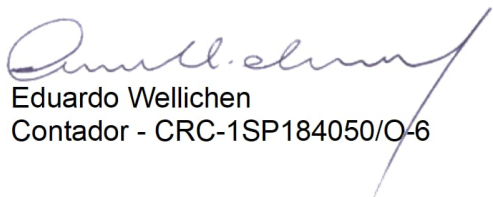
São Paulo Corporate Towers  
Av. Presidente Juscelino Kubitschek,  
1909  
Vila Nova Conceição, São Paulo - SP,  
04543-011

Tel: +55 11 2573 3000  
ey.com.br

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance, da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 7 de março de 2022.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP034519/O-6

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Eduardo Wellichen', is written over the printed name and title.

Eduardo Wellichen  
Contador - CRC-1SP184050/O-6

## Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.

### Balço patrimonial

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
		<b>48.395</b>	<b>115.178</b>
Caixa e equivalentes de caixa	4	47	12.573
Investimentos de curto prazo	5	13.626	37.640
Contas a receber de clientes	7	32.633	64.592
Impostos a recuperar		287	84
Despesas pagas antecipadamente		307	262
Outros ativos		1.495	27
<b>Não circulante</b>			
		<b>215.294</b>	<b>203.508</b>
Títulos e valores mobiliários	6	3.554	3.710
Depósitos Judiciais		11	-
Imobilizado	8	195.180	199.603
Intangível	9	16.549	195
<b>Total do ativo</b>			
		<b>263.689</b>	<b>318.686</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
		<b>44.853</b>	<b>120.558</b>
Fornecedores	10	6.544	84.102
Empréstimos e financiamentos	11	10.949	10.967
Arrendamentos	16.1	38	32
Salários, férias e encargos sociais		750	1.070
Impostos e contribuições sociais a recolher	12	4.155	4.435
Dividendos declarados - partes relacionadas	16.1	21.743	18.904
Provisão para constituição dos ativos	14	579	1.029
Outros passivos		95	19
<b>Não circulante</b>			
		<b>34.400</b>	<b>38.859</b>
Empréstimos e financiamentos	11	25.283	36.118
Arrendamentos	16.1	324	95
Impostos e contribuições sociais diferidos	13	5.697	-
Provisão para constituição dos ativos	14	3.096	2.646
<b>Patrimônio líquido</b>			
	17	<b>184.436</b>	<b>159.269</b>
Capital social		95.224	95.224
Reserva de lucros		89.212	64.045
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>			
		<b>263.689</b>	<b>318.686</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Usina Paulista Lavinhas de Energia S.A.

### Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>18</b>	<b>82.572</b>	<b>52.517</b>
<b>Custos operacionais</b>			
Compra de energia elétrica		(30.757)	(8.087)
(-) Recuperação de custo		6.958	-
Custos dos serviços prestados		(5.740)	(4.970)
Encargos de uso da rede básica		(864)	(1.051)
Depreciação e amortização		(6.859)	(6.201)
	<b>19</b>	<b>(37.262)</b>	<b>(20.309)</b>
<b>Lucro bruto</b>		<b>45.310</b>	<b>32.208</b>
<b>Despesas operacionais</b>			
Administrativas e gerais		(2.259)	(1.173)
Depreciação e amortização		(81)	(47)
Pessoal		(339)	(539)
Honorários da diretoria e conselho de administração	<b>16.3</b>	(793)	(1.056)
Outras receitas		-	60
	<b>19</b>	<b>(3.472)</b>	<b>(2.755)</b>
<b>Lucro antes do resultado financeiro</b>		<b>41.838</b>	<b>29.453</b>
Despesas financeiras	<b>20</b>	(7.137)	(20.107)
Receitas financeiras	<b>20</b>	10.037	1.402
		<b>2.900</b>	<b>(18.705)</b>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>44.738</b>	<b>10.748</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	<b>21</b>	(6.035)	(3.161)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<b>21</b>	(5.697)	-
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>33.006</b>	<b>7.587</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.**

**Demonstração do resultado abrangente**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>33.006</b>	<b>7.587</b>
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>33.006</b>	<b>7.587</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



**Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.**

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Reserva de lucros			Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros retidos		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>95.224</b>	<b>6.790</b>	<b>51.470</b>	-	<b>153.484</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	7.587	7.587
Reserva Legal	-	379	-	(379)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(1.802)	(1.802)
Transferência para reserva de lucros	-	-	5.406	(5.406)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>95.224</b>	<b>7.169</b>	<b>56.876</b>	-	<b>159.269</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	33.006	33.006
Reserva Legal	-	1.650	-	(1.650)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(7.839)	(7.839)
Transferência para reserva de lucros	-	-	23.517	(23.517)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>95.224</b>	<b>8.819</b>	<b>80.393</b>	-	<b>184.436</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.

### Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Lucros antes do imposto de renda e contribuição social		44.738	10.748
<b>Itens que não afetam caixa e equivalentes de caixa</b>			
Depreciação e amortização	8 e 9	6.940	6.248
Encargos de dívidas	11.b	2.753	3.686
Encargos de dívidas arrendamentos		22	12
Receita de aplicações financeiras	20	(713)	(567)
Atualização monetária clientes a receber	20	(9.146)	-
Descontos financeiros obtidos		(5)	(1)
Variação monetária GSF		3.201	15.920
Atualização monetária fornecedores		1.091	-
Extensão da concessão	9	(16.758)	-
Baixa de ativos		-	5
		<b>32.123</b>	<b>36.051</b>
<b>Aumento (redução) no ativo</b>			
Contas a receber de clientes		41.105	(18.246)
Impostos a recuperar		(203)	(62)
Despesas pagas antecipadamente		(45)	(19)
Outros ativos circulantes		(1.630)	50
		<b>39.227</b>	<b>(18.277)</b>
<b>Redução no passivo</b>			
Fornecedores		(81.850)	(62)
Partes relacionadas		(6)	4
Salários, férias e encargos sociais		(320)	219
Impostos e contribuições sociais a recolher		(1.930)	1.089
Provisões de constituição dos ativos		(1)	(1.820)
Outros passivos circulantes e não circulantes		80	-
		<b>(84.027)</b>	<b>(570)</b>
<b>Impostos e contribuições pagos sobre o lucro</b>		<b>(4.228)</b>	<b>(1.150)</b>
<b>Caixa líquido aplicado nas (proveniente das) atividades operacionais</b>		<b>(16.905)</b>	<b>16.054</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>			
Resgates em investimentos de curto prazo		90.829	3.054
Resgates em títulos e valores mobiliários		430	5.496
Aplicações em investimentos de curto prazo		(66.256)	(25.998)
Aplicações em títulos e valores mobiliários		(120)	(3.694)
Adições no imobilizado	8	(1.790)	(79)
Adições no intangível		(14)	-
<b>Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimentos</b>		<b>23.079</b>	<b>(21.221)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>			
Pagamento de dividendos		(5.001)	-
Amortização de principal do financiamento	11.b	(10.835)	(10.836)
Pagamento de juros do financiamento	11.b	(2.771)	(3.730)
Amortização de principal arrendamentos		(71)	(45)
Pagamento de juros de arrendamentos		(22)	(12)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos</b>		<b>(18.700)</b>	<b>(14.623)</b>
<b>Redução no caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(12.526)</b>	<b>(19.790)</b>
<b>Demonstração da redução no caixa e equivalentes de caixa</b>			
Saldo no início do exercício	4	12.573	32.363
Saldo no final do exercício	4	47	12.573
<b>Redução no caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(12.526)</b>	<b>(19.790)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## **Notas explicativas às informações contábeis intermediárias** *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)*

### **1 Informações gerais**

A Usina Paulista Lavrinhas de Energia S/A é uma “Sociedade de Propósito Específico - SPE”, tendo como objetivo social construir, implantar, operar e manter as instalações da Pequena Central Hidrelétrica Lavrinhas - PCH, explorando o potencial de energia hidrelétrica do Rio Paraíba do Sul e a atividade de comercialização dessa energia, na qualidade de produtora independente. A Usina encontra-se instalada no município de Lavrinhas - SP, limite entre os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro. A sede social da empresa está localizada na Rua Gomes de Carvalho, nº 1996, 15º andar, cj. 151, sala M, São Paulo - SP.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) por meio da Resolução Autorizativa nº 138/2004, de 6 de abril de 2004, autorizou a implantação e exploração da PCH Lavrinhas. Esta autorização foi transferida para a SPE Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A. por meio da Resolução nº 716/2006, de 3 de outubro de 2006. Por meio da Resolução nº 1005/2007, de 14 de agosto de 2007, a ANEEL anuiu a transferência do controle societário para a Alupar Investimento S.A.

A Usina possui duas turbinas com potência equivalente a 15 MW cada. Em 03 de setembro de 2011 a primeira turbina entrou em operação comercial, e a segunda turbina em 05 de maio de 2012. Com a instalação da Usina, a Companhia passou a contar com potência instalada total de 30 MW, cuja geração efetiva atende a despacho do Operador Nacional do Sistema - ONS. As atividades de geração, operação e comercialização de energia são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME, e a atividade de operação pelo ONS, responsável por operar o Sistema Interligado Nacional - SIN. A autorização de exploração da usina vigorará pelo prazo de trinta anos, a contar da data da sua publicação (até 2034).

A autorização de exploração estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço.

## **Impactos do COVID 19**

Desde o início da pandemia e até o momento a Administração da Companhia tem adotado medidas de monitoramento e prevenção a fim de proteger seus colaboradores e comunidades em que atua, visando manter a continuidade operacional de suas linhas de transmissão e usinas, e observando as recomendações das autoridades sanitárias em localidade em que atua.

Em 2020 foi criado o Comitê de Crise Emergencial, responsável pelo Planejamento de Contingências para lidar com a situação, e a Comissão Interna de Controle de Infecção, com a contratação de profissional especializado (médico infectologista) para que nos dê assessoria e estabeleça protocolos. Tanto o Comitê, quanto a Comissão Interna têm acompanhado toda a situação e tem tomado medidas de caráter preventivo de acordo com cada estágio da pandemia.

A partir de 18 de outubro de 2021, os(as) colaboradores(as) do Escritório Corporativo iniciaram a retomada do trabalho presencial na modalidade de Trabalho Híbrido e de forma flexível, seguindo um protocolo rigoroso de cuidados e prevenção à COVID-19, de acordo com o Plano de Retomada das Atividades Presenciais, definido pela Comissão Interna de Controle de Infecção e aprovado pelo Comitê de Crises, cujas principais orientações são: revezamento de colaboradores(as) em regime de escala, sendo três dias de forma presencial e dois dias em home office (trabalho remoto); estabelecimento de horários flexíveis para jornada de trabalho e refeições; uso obrigatório de máscaras durante toda a interação presencial; testagem semanal no primeiro dia de trabalho no escritório; distanciamento das estações de trabalho e demais ambientes do escritório (copas, banheiros); restrições de utilização de salas de reunião e incentivo à realização de reuniões de forma virtual, e realização de treinamento específico sobre os cuidados e regras de comportamento esperado durante a retomada e enquanto perdurar o alerta contra a COVID-19.

Em relação aos saldos contábeis, foram avaliados os possíveis impactos, divulgados a seguir:

Em relação a seus investimentos, não foram identificadas desvalorização subsequente dos mesmos, a Companhia mitiga os riscos de volatilidade do mercado financeiro efetuando aplicações em investimentos que possuem baixo risco de volatilidade, tendo em vista seu perfil conservador.

Os negócios da Companhia apresenta receita previsível, reajustadas pela inflação e de longo prazo, assegurada pelos modelos regulatórios dos segmentos de atuação, não apresentando risco de demanda, por não depender de volume consumido de eletricidade e nem de preços de energia. Desta forma, a administração da Companhia não considera que exista risco de realização de seus recebíveis. Não houve variação na inadimplência em decorrência da COVID-19 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Com base na avaliação acima, em 31 de dezembro de 2021 e até a data de emissão dessas demonstrações contábeis, não foram identificados impactos significativos aos negócios da Companhia que pudessem requerer divulgação ou alteração nas premissas contábeis utilizadas nas estimativas efetuadas pela Companhia.

## **2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis**

A emissão das demonstrações contábeis da Companhia foi autorizada pela Diretoria em 07 de março de 2021.

### **2.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação Societária Brasileira, os Pronunciamentos, Orientações, Interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

### **2.2 Base de preparação e apresentação**

As demonstrações contábeis intermediárias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos classificados como instrumentos financeiros, mensurados ao valor justo.

### **2.3 Moeda funcional e de apresentação**

A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$). Essas demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais (R\$). A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

### **2.4 Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e adote premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. A liquidação das transações que envolvem estas estimativas pode divergir significativamente dos valores registrados nas demonstrações contábeis.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e premissas incluem: a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise a redução ao valor recuperável, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive provisões para contingências e de constituição de ativos.

## **2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis - Continuação**

### **2.4 Uso de estimativas e julgamentos - Continuação**

As principais informações sobre julgamentos, estimativas e premissas que podem representar risco significativo com probabilidade de resultar em ajustes materiais às informações contábeis dos próximos períodos, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 7 - Contas a receber de clientes: Valores referentes a receitas não faturadas de comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”);
  - Nota 13 - Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos: passivo referem-se ao reconhecimento sob a extensão da concessão que será realizado mensalmente de forma linear até o final da concessão.
- Nota 15 - Provisões para contingências: reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios, por meio da avaliação da probabilidade de perda e magnitude das saídas de recursos esperada.

## **3 Sumário das principais práticas contábeis**

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente para os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis, salvo indicação ao contrário.

### **3.1 Instrumentos financeiros**

#### **Reconhecimento e mensuração inicial**

O contas a receber de clientes é reconhecido inicialmente na data em que foi originado. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo através dos resultados), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

#### **Classificação e mensuração subsequente**

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através de outros resultados abrangentes); ou ao VJR (valor justo através do resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

### **3 Sumário das principais práticas contábeis - Continuação**

#### **3.1 Instrumentos financeiros - Continuação**

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, são classificados como VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma que atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

##### ***Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:***

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Companhia tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao VJR.

### 3 Sumário das principais práticas contábeis - Continuação

#### *Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:*

- Ativos financeiros a VJR - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros é reconhecido no resultado.
- Ativos financeiros a custo amortizado - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros e ganhos e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

#### *Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas*

Os passivos financeiros foram inicialmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, e é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros, são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

### **Desreconhecimento**

#### *Ativo Financeiro*

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

#### *Passivos financeiros*

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

#### *Compensação*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.



### **3 Sumário das principais práticas contábeis - Continuação**

#### **3.2 Redução ao valor recuperável**

##### **Ativos financeiros não-derivativos**

###### ***Instrumentos financeiros***

A Companhia avalia a necessidade do reconhecimento de provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Companhia mensura as provisões para perdas com contas a receber de clientes em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para aplicações financeiras com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera ainda um ativo financeiro como perda quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma).

###### ***Mensuração das perdas de crédito esperadas***

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas pela diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber.

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

###### ***Ativos financeiros com problemas de recuperação***

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros terão problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

### **3 Sumário das principais práticas contábeis - Continuação**

#### ***Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial***

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

#### ***Baixa***

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

#### ***Ativos não financeiros***

A Companhia revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso. Com o objetivo de avaliar o valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (unidades geradoras de caixa – UGC). A Companhia possui apenas uma UGC. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia.

### **3.3 Provisões**

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, considerada como provável que haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para contingências são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

### **3.4 Imobilizado**

O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, mais custos socioambientais e juros capitalizáveis, menos a depreciação acumulada. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. A depreciação é calculada com base na vida útil econômica estimada dos bens, pelo método linear, por categoria de bem, as quais estão alinhadas com os termos da Resolução ANEEL nº 674/2015.

### **3 Sumário das principais práticas contábeis - Continuação**

#### **3.5 Intangível**

O ativo intangível está registrado pelo custo de aquisição deduzido da melhor estimativa de amortização. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Os ativos intangíveis são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil econômico.

Extensão da concessão: em novembro de 2021 a Companhia realizou o reconhecimento da extensão da concessão, conforme descrito na Nota explicativa nº 9, o prazo de concessão passou a ser abril de 2038.

#### **3.6 Tributação**

##### ***Tributos sobre as vendas***

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%; e
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 3,00%.

Esses tributos são reconhecidos com base no regime de competência. São deduzidos da Receita de geração de energia elétrica, as quais são apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

##### ***Imposto de renda e contribuição social – correntes***

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas pelas alíquotas de 8% e 12% respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para a apuração do imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15% acrescidas de 10% sobre o que exceder R\$ 60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%.

##### ***Imposto de renda e contribuição social - diferidos***

O imposto de renda e a contribuição social diferidos registrados no passivo referem-se ao reconhecimento sob a extensão da concessão que será realizado mensalmente de forma linear até o final da concessão a partir de 2022, momento onde a Companhia passará de lucro presumido para lucro real.

#### **3.7 Taxa de fiscalização sobre serviços de energia elétrica**

A Companhia, em conformidade com a Lei 9427/1996, recolhe a taxa de fiscalização sobre os serviços de energia elétrica. A taxa é estabelecida anualmente e calculada de maneira proporcional ao porte do serviço concedido. O registro é feito mensalmente, por competência, no resultado da Companhia.

### **3 Sumário das principais práticas contábeis - Continuação**

#### **3.8 Receita de geração de energia elétrica**

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de quaisquer contraprestações variáveis. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) satisfação as obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

(i) Suprimento de energia: A receita é reconhecida com base na quantidade de energia contratada e com preços especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A Companhia vende a energia produzida no Ambiente de Contratação Livre - ACL, a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais, no qual foi destinado 21,4 MW médio equivalente a 71% da garantia física, cujo preço médio de venda atualizado em dezembro de 2021 é de R\$ 282,71 MW/h (R\$ 258,93 em 2020), reajustado pelo IPCA, e pelo período de suprimento de 30 anos contados a partir de 2004.

(ii) Ajuste positivo CCEE: a receita é reconhecida de pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE (Método de Realocação de Energia), é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD.

#### **3.9 Receitas e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa, e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidas pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento porque são desembolsos diretamente atrelados à obtenção de recursos financeiros.

A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

### 3 Sumário das principais práticas contábeis - Continuação

#### 3.10 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo e de curto prazos são ajustados a valor presente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis.

#### 3.11 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021

A Companhia adotou a partir de 1º janeiro de 2021 a norma abaixo, entretanto, não houve impacto relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:

- Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência;
- Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021.

#### Novas normas e interpretações ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir.

A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, após emissão pelo CPC quando entrarem em vigor. A Companhia ainda não concluiu a sua análise sobre os eventuais impactos decorrentes da adoção das referidas normas.

- Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações serão válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023;
- Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023;
- Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis. As alterações são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023.

### 4 Caixa e equivalentes de caixa

	Remuneração	31/12/2021	31/12/2020
Numerário disponível	-	14	2.458
Aplicações financeiras automáticas	20 % do CDI	33	3.323
Certificados de depósitos bancários	100,06 % do CDI	-	6.792
		<b>47</b>	<b>12.573</b>

As aplicações financeiras de liquidez imediata referem-se a aplicações automáticas vinculadas à conta corrente remunerada pela variação do CDI, não ocorrendo, portanto, risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado. Os Certificados de Depósitos Bancários – CDB são realizados com instituições do mercado financeiro nacional e possuem liquidez imediata.

## 5 Investimentos de curto prazo

	Remuneração	31/12/2021	31/12/2020
Fundo de Investimento - FI Energia	98,85 % do CDI	-	27.978
Fundo de Investimento - STA Energia	100,60 % do CDI	13.626	9.662
		<b>13.626</b>	<b>37.640</b>

A Companhia aplica seus recursos no fundo exclusivo, Fundo de investimento FI – Energia, cujo objetivo é buscar retorno por meio de investimentos, majoritariamente, em títulos públicos, e, Fundo de Investimento STA Energia, cujo o objetivo é buscar retorno por meio de investimentos, majoritariamente, em operações compromissadas e títulos públicos. Os montantes são mensurados ao valor justo por meio do Resultado.

## 6 Títulos e valores mobiliários

	Instituição	Remuneração	31/12/2021	31/12/2020
Aplicação pós fixada	BNDES	101,96 % do CDI	3.554	3.710

Referem-se à constituição de conta reserva definida no contrato de empréstimo da Companhia com o BNDES. Esta conta consiste na obrigação de manter, no mínimo, três prestações do financiamento retidas.

A Administração da Companhia optou em vincular o saldo da conta reserva a investimento em aplicação financeira Fundo Topázio, tendo como característica o baixo risco de crédito, referenciado em DI, no qual o rendimento consiste na variação de cotas mensais com remuneração variável.

## 7 Contas a receber de clientes

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Ativo Circulante</b>		
Suprimento de energia elétrica - Ambiente Livre (i)	32.017	20.263
Suprimento de energia elétrica - Mercado de curto prazo/CCEE	616	34.529
Suprimento de energia elétrica - Outros (ii)	-	9.800
	<b>32.633</b>	<b>64.592</b>

- (i) Em 21 de outubro de 2021 a Companhia reconheceu a receita financeira no valor de R\$ 10.176, referente a atualização monetária das faturas de fornecimento de energia elétrica emitidas em nome da Electra, sendo BRF devedora solidária das obrigações financeiras, conforme estipulado em contrato de compra e venda, bem como as despesas com honorários advocatícios, em razão da avaliação de probabilidade de êxito no recebimento pelos assessores jurídicos externos, conforme decisão exarada no procedimento arbitral que autorizou o prosseguimento das execuções no âmbito judicial

## 7 Contas a receber de clientes - Continuação

- (ii) O montante em aberto no valor de R\$ 9.800 em 31 de dezembro de 2020 referente ao referente ao GFOM (Geração Fora da Ordem de Mérito) foi realizado na Recuperação de custo – GFOM em 31 de dezembro de 2021, em razão da contabilização da extensão da concessão.

Os montantes de suprimento de energia elétrica ambiente livre são constituídos pelos valores faturados em aberto que serão recebidos a partir dos meses subsequentes ao fato gerador, conforme definido no contrato de comercialização de energia elétrica no ambiente livre.

Os valores da rubrica “Suprimento de energia elétrica - mercado de curto prazo/CCEE” referem-se a valores a receber e aos montantes estimados e não faturados, que serão liquidados no âmbito da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, visto que não há histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber de clientes.

## 8 Imobilizado

A composição e movimentação do ativo imobilizado é a seguinte:

	Taxa média anual de depreciação	31/12/2020	Adições	Transferências	Outros*	31/12/2021
<b>Em serviço</b>						
Terrenos	0%	2.413	54	-	-	2.467
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2%	109.349	-	1.635	-	110.984
Edificações, Obras Cívicas e Benfeitorias	2%	44.546	-	-	-	44.546
Máquinas e Equipamentos	3%	99.226	50	-	-	99.276
Veículos	1%	596	-	-	-	596
Móveis e Utensílios	6%	82	-	-	-	82
Direito de Uso Arrendamento	14%	212	-	-	309	521
<b>Em curso</b>		-	1.686	(1.635)	-	51
<b>Total do custo do imobilizado</b>		<b>256.424</b>	<b>1.790</b>	<b>-</b>	<b>309</b>	<b>258.523</b>
<b>Depreciação</b>						
Reservatórios, Barragens e Adutoras		(21.142)	(2.531)	-	-	(23.673)
Edificações, Obras Cívicas e Benfeitorias		(9.612)	(1.056)	-	-	(10.668)
Máquinas e Equipamentos		(25.351)	(2.851)	-	-	(28.202)
Veículos		(590)	(3)	-	-	(593)
Móveis e Utensílios		(32)	(5)	-	-	(37)
Direito de Uso Arrendamento		(94)	(76)	-	-	(170)
<b>Total da depreciação</b>		<b>(56.821)</b>	<b>(6.522)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(63.343)</b>
<b>Total do imobilizado líquido</b>		<b>199.603</b>	<b>(4.732)</b>	<b>-</b>	<b>309</b>	<b>195.180</b>

## 8 Imobilizado - Continuação

	Taxa média anual de depreciação	31/12/2019	Adições	Baixas	Transfêrências	Outros*	31/12/2020
<b>Em serviço</b>							
Terrenos	0%	2.433	-	-	-	(20)	2.413
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2%	109.349	-	-	-	-	109.349
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	2%	34.105	-	-	10.441	-	44.546
Máquinas e Equipamentos	3%	99.152	79	(5)	-	-	99.226
Veículos	8%	596	-	-	-	-	596
Móveis e Utensílios	6%	82	-	-	-	-	82
Direito de Uso Arrendamento	22%	211	-	-	-	1	212
<b>Em curso</b>		10.441	-	-	(10.441)	-	-
<b>Total do custo do imobilizado</b>		<b>256.369</b>	<b>79</b>	<b>(5)</b>	<b>-</b>	<b>(19)</b>	<b>256.424</b>
<b>Depreciação</b>							
Reservatórios, Barragens e Adutoras		(18.824)	(2.318)	-	-	-	(21.142)
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias		(8.585)	(1.027)	-	-	-	(9.612)
Máquinas e Equipamentos		(22.503)	(2.848)	-	-	-	(25.351)
Veículos		(588)	(2)	-	-	-	(590)
Móveis e Utensílios		(27)	(5)	-	-	-	(32)
Direito de Uso Arrendamento		(47)	(47)	-	-	-	(94)
<b>Total da depreciação</b>		<b>(50.574)</b>	<b>(6.247)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(56.821)</b>
<b>Total do imobilizado líquido</b>		<b>205.795</b>	<b>(6.168)</b>	<b>(5)</b>	<b>-</b>	<b>(19)</b>	<b>199.603</b>

(\*O valor na coluna de outros refere-se a remensuração do arrendamento.

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia não identificou indicativos de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado. A Companhia avaliou os impactos do COVID-19, atualmente disponíveis, em suas projeções e não observou impactos relevantes que resultassem em uma mudança significativa no cenário projetado para recuperabilidade dos ativos.

## 9 Intangível

A composição e movimentação do ativo intangível é a seguinte:

	Taxa média anual de amortização	31/12/2020	Adições	31/12/2021
<b>Em serviço</b>				
Servidões	0%	193	-	193
Software	10%	121	-	121
Outros intangíveis	0%	192	-	192
Extensão da Concessão (i)	2%	-	16.758	16.758
Em curso		-	14	14
<b>Total do custo do intangível</b>		<b>506</b>	<b>16.772</b>	<b>17.278</b>
<b>Amortização</b>				
Software		(119)	(1)	(120)
Outros intangíveis		(192)	-	(192)
Direito de Extensão da Concessão		-	(417)	(417)
<b>Total da amortização</b>		<b>(311)</b>	<b>(418)</b>	<b>(729)</b>
<b>Total do intangível líquido</b>		<b>195</b>	<b>16.354</b>	<b>16.549</b>



## 9 Intangível - Continuação

	Taxa média anual de amortização	31/12/2019	Adições	31/12/2020
<b>Em serviço</b>				
Servidões	0%	193	-	193
Software	10%	121	-	121
Outros intangíveis	10%	192	-	192
<b>Total do custo do intangível</b>		<b>506</b>	<b>-</b>	<b>506</b>
<b>Amortização</b>				
Software		(118)	(1)	(119)
Outros intangíveis		(192)	-	(192)
<b>Total da amortização</b>		<b>(310)</b>	<b>(1)</b>	<b>(311)</b>
<b>Total do intangível líquido</b>		<b>196</b>	<b>(1)</b>	<b>195</b>

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia não identificou indicativos de redução ao valor recuperável.

### (i) Extensão da concessão

Em 9 de setembro de 2020 foi publicada a Lei nº 14.052 que estabelece novas condições para repactuação do risco hidrológico assumido pelas usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE). O objetivo é compensar as usinas hidrelétricas por tais riscos cujos efeitos estão relacionados à antecipação da garantia física dos empreendimentos de geração denominados estruturantes, bem como do atraso na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração de energia desses empreendimentos, além da geração térmica fora da ordem de mérito.

Essa Lei foi regulamentada pela ANEEL através da Resolução Normativa nº 895 de 1º de dezembro de 2020, que estabeleceu a metodologia de cálculo das compensações a serem pagas aos geradores hidrelétricos participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), considerando a geração potencial de energia elétrica dos empreendimentos estruturantes, caso não houvesse restrição ao escoamento da energia, e o preço da energia no mercado de curto prazo no momento da restrição. Em 14 de setembro de 2021, a ANEEL emitiu a Resolução Homologatória nº 2.932 que homologou o prazo de extensão da outorga somente das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE e que possuíam contratos de venda de energia no ambiente de contratação regulado com extensão do seguinte prazo e valor:

Extensão do prazo de outorga (dia)	Valor (R\$ mil)
1.468	16.758

A Administração assinou os Termos de Aceitação de Prazo de Extensão de Outorga e encaminhou à ANEEL em 5 de novembro de 2021, após aprovação dos seus órgãos de governança, efetuou o reconhecimento dos direitos de extensão relativos a suas respectivas outorgas em novembro de 2021, sendo reconhecido um intangível de extensão da concessão, cuja contrapartida está em recuperação de custo – extensão da concessão e será amortizado de forma linear durante o período remanescente da concessão, até abril de 2038.

## 10 Fornecedores

	31/12/2021	31/12/2020
Materiais e serviços	1.659	997
Retenção contratual	80	146
Compra de Energia	4.805	1.293
Rebaixamento Hidrológico - GSF	-	81.666
	<b>6.544</b>	<b>84.102</b>

Em 9 de março de 2021, a Companhia efetuou a liquidação financeira na CCEE dos valores em aberto referentes ao GSF, no montante de R\$ 81.666.

## 11 Empréstimos e financiamentos

- a. O saldo de empréstimos e financiamentos é composto da seguinte forma:

Instituições financeiras / credores	Vencimento	(% a.a.) Taxa efetiva	Circulante				Não circulante - Principal	
			Encargos	Principal	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
BNDES	15/01/2025	TJLP + 1,93%	99	9.540	9.639	9.656	22.260	31.800
BNDES	15/01/2025	TJLP + 2,22%	14	1.296	1.310	1.311	3.023	4.318
			<b>113</b>	<b>10.836</b>	<b>10.949</b>	<b>10.967</b>	<b>25.283</b>	<b>36.118</b>

### Recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

Em 11 de março de 2009, a Companhia celebrou o contrato nº 08.2.0975.1, cujo montante original financiado era de R\$ 111.185 corrigidos à Taxa de Juros de Longo Prazo -TJLP mais juros de 1,93% ao ano e com amortização inicial em 15 de julho de 2010.

Em 03 de agosto de 2010, a Companhia celebrou o contrato nº 10.2.0477.1, a título de pleito complementar de financiamento, cujo montante original financiado era de R\$ 16.875, corrigidos à TJLP mais juros de 2,22% ao ano. Tal contrato alterou a data inicial da primeira amortização para 15 de maio de 2011, que ocorrerá em parcelas mensais, sendo o prazo de financiamento é de 168 meses e a última parcela com vencimento em 15 de abril de 2025.

A Companhia dá ao BNDES em penhor os direitos emergentes a receita da Autorização ANEEL nº 139, de 06 de abril de 2004, e subsequentes alterações, além dos direitos creditórios oriundos do Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica - CCVE nº 090/2007, de 16 de outubro de 2007, firmado com a BRF Foods Brasil S/A.

Os contratos que a Companhia possui com o BNDES estabelecem condições restritivas que são: a de manter Índice de Capital Próprio (Índice de Capitalização) igual ou superior a 25% e Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de no mínimo 1,2, apurados anualmente.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia atendeu o Índice de Capitalização e o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD).

## 11 Empréstimos e financiamentos - Continuação

- b. As movimentações de empréstimos, financiamentos e encargos de dívida são compostas da seguinte forma:

	31/12/2019	Encargos de dívidas	Amortização de Principal	Amortização de Juros	31/12/2020	Encargos de dívidas	Amortização de Principal	Amortização de Juros	31/12/2021
Moeda nacional									
BNDES	57.965	3.686	(10.836)	(3.730)	47.085	2.753	(10.835)	(2.771)	36.232

- c. As parcelas relativas ao financiamento atualmente classificadas no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos:

2023	2024	2025	Dívida Total
10.836	10.836	3.611	25.283

## 12 Impostos e contribuições sociais a recolher

	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	2.740	1.411
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	1.101	780
Programa de Integração Social - PIS	53	399
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	246	1.839
Outros	15	6
	<b>4.155</b>	<b>4.435</b>

## 13 Imposto de renda e contribuição social diferido

O imposto de renda e contribuição social diferido referem-se aos efeitos fiscais futuros atribuíveis ao reconhecimento da extensão do prazo de concessão. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram contabilizados seguindo o critério descrito na nota extrínseca nº3.6.

	Constituição 31/12/2021	31/12/2020
<b>Base de cálculo - extensão da concessão</b>	<b>16.758</b>	
Imposto de Renda diferido - alíquota 25%	4.189	-
Contribuição Social diferida - alíquota 9%	1.508	-
	<b>5.697</b>	<b>-</b>

A estimativa das parcelas de realização do passivo diferido é conforme o mapa abaixo:

	2022	2023	2024	2025	Após 2025	Total
Estimativa de realização IRPJ diferido - Extensão	250	250	250	250	3.189	4.189
Estimativa de realização CSLL diferida - Extensão	90	90	90	90	1.148	1.508

## 14 Provisões de constituição de ativo

Natureza	31/12/2019	Transferência	Pagamentos	31/12/2020	Transferência	31/12/2021
<b>Circulante</b>						
Meio ambiente	2.849	(450)	(1.820)	579	-	579
Máquinas e equipamentos	-	450	-	450	(450)	-
	<b>2.849</b>	<b>-</b>	<b>(1.820)</b>	<b>1.029</b>	<b>(450)</b>	<b>579</b>
<b>Não circulante</b>						
Máquinas e equipamentos	2.646	-	-	2.646	450	3.096

As provisões para constituição de ativo são decorrentes dos custos do ativo imobilizado referentes à sua fase de implantação, para as quais os desembolsos financeiros ainda não foram totalmente liquidados. A contrapartida pela constituição dessas provisões foi registrada no ativo imobilizado.

Como parte do processo de licenciamento, a Companhia é obrigada a realizar investimentos em unidades de conservação, de modo a compensar o impacto ambiental causado por suas atividades. A contrapartida dessas obrigações foram registradas no ativo imobilizado.

## 15 Provisão para contingências

A Administração realiza o cálculo dos valores a serem provisionados tomando como base, os valores em risco constantes do parecer dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos e julgamento da administração, de modo que são provisionados os valores relativos às demandas avaliadas como perda provável.

A Companhia leva em consideração, para divulgação em nota explicativa, as demandas jurídicas cujo valor em risco da causa supere R\$ 1.000 e/ou sejam significantes para o negócio da Companhia, tais como ações civis públicas, independentemente do valor em risco.

- (A) **Perda provável:** não existem processos judiciais, administrativos ou arbitrais que, individualmente e na avaliação da administração da Companhia, sejam considerados relevantes para o negócio.
- (B) **Perda possível:** embora os processos classificados com esta probabilidade de perda não sejam provisionados pela Companhia, no exercício findo de 31 de dezembro de 2021 merecem destaques as seguintes demandas:
  - (i) **Demandas Tributárias:** atualmente existem cinco (o mesmo em 31 de dezembro de 2020) processos judiciais de natureza tributária, de valor em risco aproximado em R\$ 1.211 (R\$ 617 em 31 de dezembro de 2020).
  - (ii) **Demandas Cíveis:** atualmente existe um processo de natureza cível, cujo valor em risco não pode ser estimado, com natureza de risco possível de perda. Trata-se do Inquérito cível nº 1909, instaurado a partir de representação formulada pelos Coordenadores dos Comitês de Águas dos municípios de Queluz, Lavrinhas e Cruzeiro, em face da notícia de supostas irregularidades na construção de duas hidroelétricas (PCHs) na região.

## 15 Provisão para contingências - Continuação

- (iii) **Demandas Trabalhistas:** atualmente existem dois processos (um em 31 de dezembro de 2020) processo judicial de natureza trabalhista, de valor em risco aproximado em R\$ 115 (R\$ 49 em 31 de dezembro de 2020).
- (iv) **Demandas Arbitrais:** atualmente existe um processo (o mesmo em 31 de dezembro de 2020) de natureza arbitral, de valor em risco aproximado de R\$ 17.908.

Processo Arbitral: a Companhia celebrou contrato de fornecimento de energia, por meio do qual esta deveria fornecer, certa quantidade de energia por mês. Tal contrato foi cedido parcialmente a terceiro, que inadimpliu com suas obrigações de pagamento. Em razão de tais fatos, a Companhia ingressou com ação de execução contra a empresa cedente e a cessionária, as quais são solidariamente responsáveis pelas obrigações contratuais.

Tendo vista que o Contrato de Fornecimento de Energia possuía cláusula arbitral, a cedente, para poder apresentar seus embargos de devedor, instaurou um procedimento arbitral, requerendo o reequilíbrio do contrato ou a sua resolução para todos os fins. Neste sentido, embora a Companhia figure no polo passivo desta arbitragem, é ela credora do Contrato de fornecimento de energia, sendo certo que a chance de perda desta arbitragem é apontada por nossos advogados como possível.

- (v) **Demandas Ambientais:** não existem demandas dessa natureza com risco possível de perda que, individualmente e, na avaliação da administração da Companhia, sejam considerados relevantes para o negócio.
- (vi) **Demandas Regulatórias:** atualmente existem dois processos judicial de natureza regulatório, não possuindo nenhum valor em risco, tendo em vista a desistência das ações judiciais envolvendo o GSF.

## 16 Partes relacionadas

### 16.1 Transações com partes relacionadas

Conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 05 (R1), identifica-se como partes relacionadas os acionistas, empresas ligadas ao grupo controlador, os administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares. Os saldos em aberto provenientes de transações ativas e/ou passivas com partes relacionadas e os montantes reconhecidos no resultado são:

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
<b>Passivo circulante</b>			
Prestação de serviços - AF Energia S.A		535	513
Arrendamentos - Alupar Investimento S.A/AF Energia S.A		38	32
Dividendos declarados aos acionistas		21.743	18.904
		<b>22.316</b>	<b>19.449</b>
<b>Passivo não circulante</b>			
Arrendamentos - Alupar Investimento S.A/AF Energia S.A		324	95

		31/12/2021	31/12/2020
<b>Demonstrações de resultado</b>			
<b>Custo - partes relacionadas</b>			
Prestação de serviços - AF Energia S.A	19	(1.296)	(1.235)
Compra de Energia Elétrica - Alupar Investimento S.A.	19	-	(1.894)
Compra de Energia Elétrica - Verde 08	19	-	(191)
		<b>(1.296)</b>	<b>(3.320)</b>

a. As empresas que a Companhia mantém relacionamento são controladas pela Alupar Investimento S.A;

b. A Companhia é controlada pela Alupar Investimento S.A., que é controlada pela Guarupart Participações Ltda.

### 16.2 Garantias

Empresa Garantidora	Data da Autorização	Órgão Autorizador	Contrato	Garantia	Início do Contrato	Encerramento do Contrato	Valor do Contrato	Saldo devedor do contrato em 31/12/2021
Alupar	01/02/2008	Conselho de Administração	Financiamento - BNDES 08.209.761	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações.	11/03/2009	15/04/2025	111.185	31.899
Alupar	14/06/2010	Conselho de Administração	Financiamento - BNDES 10.204.771	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações.	08/09/2010	15/04/2025	16.875	4.333

## 16 Partes relacionadas - Continuação

### 16.3 Remuneração da alta administração

A política de remuneração da Companhia aplicável aos Administradores estabelece uma remuneração fixa aos membros da Diretoria e aos membros do Conselho de Administração. O Conselho de Administração faz jus a remuneração de valor equivalente a até 10% daquela devida à Diretoria. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a remuneração foi conforme segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Benefícios de curto prazo (a)	(756)	(1.019)
Remuneração do conselho	(37)	(37)
<b>Total</b>	<b>(793)</b>	<b>(1.056)</b>

- (a) Compostos por ordenados, salários, contribuições para benefícios como assistência médica, seguro de vida e vale refeição.

## 17 Patrimônio líquido

### Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, é de R\$ 95.224, dividido em 70.910.870 (setenta milhões, novecentos e dez mil, oitocentos e setenta) ações ordinárias, conforme segue:

	31/12/2021 e 31/12/2020	
	Quantidade	%
<b>Acionistas</b>		
Alupar Investimento S/A	43.252.860	61,00
Enixe Energias e Participações Ltda.	26.275.109	37,05
Acionista pessoa física	1.382.901	1,95
<b>Total das ações</b>	<b>70.910.870</b>	<b>100,00</b>

A acionista controladora da Companhia é a Alupar Investimento S.A. (“Alupar”).

### Reservas de Lucros

#### a. Reserva legal

5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado, totalizando R\$ 8.819 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 7.169 em 31 de dezembro de 2020).

#### b. Lucros retidos

Os lucros remanescentes são mantidos na conta de reserva à disposição da Assembleia, para sua destinação, totalizando R\$ 80.393 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 56.876 em 31 de dezembro de 2020).

## 17 Patrimônio líquido - Continuação

### c. Dividendos

Os dividendos propostos a serem pagos, fundamentado em obrigações estatutárias, são registrados no passivo circulante.

O Estatuto Social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício seja distribuído aos acionistas a título de dividendos. Desse modo, no encerramento do exercício social, quando auferido lucro líquido no exercício, e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente a dividendo mínimo obrigatório.

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Lucro líquido do exercício</b>	33.006	7.587
Reserva legal	(1.650)	(379)
<b>Subtotal</b>	<b>31.356</b>	<b>7.208</b>
Dividendos mínimos obrigatórios	(7.839)	(1.802)
Reserva de lucros	(23.517)	(5.406)
<b>Saldo de lucros acumulados</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

## 18 Receita operacional líquida

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Receita de geração de energia elétrica</b>		
Suprimento de energia - ambiente livre	76.761	46.230
Ajuste positivo CCEE	9.045	9.564
	<b>85.806</b>	<b>55.794</b>
<b>Deduções</b>		
PIS - Programa de integração social	(558)	(567)
COFINS - Contribuição para o financiamento da seguridade social	(2.577)	(2.618)
TFSEE - Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica	(99)	(92)
	<b>(3.234)</b>	<b>(3.277)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>82.572</b>	<b>52.517</b>



## 19 Custos e despesas operacionais

Nota	31/12/2021		31/12/2020	
	Custos operacionais	Despesas operacionais	Custos operacionais	Despesas operacionais
<b>Não gerenciáveis</b>				
Encargos de uso da rede elétrica	(864)	-	(1.051)	-
	<b>(864)</b>	<b>-</b>	<b>(1.051)</b>	<b>-</b>
<b>Gerenciáveis</b>				
Energia comprada para revenda	(30.758)	-	(6.002)	-
(-) Recuperação de custos	6.959	-	-	-
Energia comprada para revenda - partes relacionadas	-	-	(2.085)	-
Doações, contribuições e subvenções	(24)	-	(21)	(2)
Seguros	(619)	(3)	(548)	(2)
Alugueis	(210)	(14)	(109)	(10)
Pessoal	(2.352)	(338)	(2.149)	(539)
Honorários da diretoria e conselho de administração	-	(793)	-	(1.056)
Material	(360)	(53)	(230)	(20)
Serviços de Terceiros	(772)	(1.870)	(524)	(1.129)
Serviços de Terceiros - partes relacionadas	(1.296)	-	(1.235)	-
Outros	(107)	(320)	(154)	50
	<b>(29.539)</b>	<b>(3.391)</b>	<b>(13.057)</b>	<b>(2.708)</b>
<b>Depreciação e Amortização</b>				
	(6.859)	(81)	(6.201)	(47)
	<b>(6.859)</b>	<b>(81)</b>	<b>(6.201)</b>	<b>(47)</b>
<b>Total</b>	<b>(37.262)</b>	<b>(3.472)</b>	<b>(20.309)</b>	<b>(2.755)</b>

## 20 Resultado financeiro

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Receitas Financeiras</b>		
Receita de aplicações financeiras	727	1.228
Atualização monetária - Clientes a receber	9.146	-
Outros	164	174
<b>Total</b>	<b>10.037</b>	<b>1.402</b>
<b>Despesas Financeiras</b>		
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(2.753)	(3.686)
Atualização monetária GSF	(3.201)	(15.920)
Atualização monetária - Fornecedores	(1.091)	-
Outros	(92)	(501)
<b>Total</b>	<b>(7.137)</b>	<b>(20.107)</b>
<b>Total Líquido</b>	<b>2.900</b>	<b>(18.705)</b>

## 21 Imposto de renda e contribuição social

Nota	31/12/2021		31/12/2020	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Suprimento de energia e Ajuste positivo	85.907	85.907	55.794	55.794
Mudança para Regime de Competência em 2021 - Receita Diferida	-	-	30.784	30.784
	<b>85.907</b>	<b>85.907</b>	<b>86.578</b>	<b>86.578</b>
Presunção de lucro - 8% / 12%	6.873	10.309	6.926	10.389
Receita financeira	727	727	1.402	1.402
Atualização monetária - Clientes a receber	9.146	9.146	-	-
Outras receitas	164	164	60	60
Base de Cálculo IR e CS	<b>16.910</b>	<b>20.346</b>	<b>8.388</b>	<b>11.851</b>
Alíquota	15%	9%	15%	9%
Alíquota de Adicional IRPJ	10%	-	10%	-
	<b>4.203</b>	<b>1.831</b>	<b>2.080</b>	<b>1.067</b>
Outros ajustes	1	-	7	7
<b>Total dos tributos correntes</b>	<b>4.204</b>	<b>1.831</b>	<b>2.087</b>	<b>1.074</b>
Tributos Diferidos	3.6	4.189	1.508	-
<b>Total dos Tributos</b>	<b>8.393</b>	<b>3.339</b>	<b>2.087</b>	<b>1.074</b>
<b>LAIR</b>	<b>44.738</b>	<b>44.738</b>	<b>10.748</b>	<b>10.748</b>
Alíquota efetiva	<b>26,22%</b>		<b>29,41%</b>	

## 22 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

### Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração.

### 22.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo e classificação dos instrumentos financeiros foram as seguintes:

	31/12/2021		31/12/2020		Mensuração do valor justo	Classificação por categoria
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
<b>Ativo</b>						
Caixa	14	14	2.458	2.458	-	Custo amortizado
Equivalentes de caixa	33	33	10.115	10.115	Nível II	Valor justo por meio de resultado
Investimentos de curto prazo	13.626	13.626	37.640	37.640	Nível II	Valor justo por meio de resultado
Títulos e valores mobiliários	3.554	3.554	3.710	3.710	Nível II	Valor justo por meio de resultado
Contas a receber de clientes	32.633	32.633	64.592	64.592	-	Custo amortizado
	<b>49.860</b>	<b>49.860</b>	<b>118.515</b>	<b>118.515</b>		
<b>Passivo</b>						
Fornecedores	6.544	6.544	84.102	84.102	-	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	36.232	36.232	47.085	47.085	-	Custo amortizado
	<b>42.776</b>	<b>42.776</b>	<b>131.187</b>	<b>131.187</b>		

## 22 Instrumentos financeiros e gestão de riscos - Continuação

Empréstimos e financiamentos (BNDES): em decorrência desse contrato não ser contemplado sob o escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato do Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita a apenas a um ente governamental. Diante do exposto acima, a Companhia utilizou o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Não houve transferência entre avaliações de valor justo nível I e nível II, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II.

### a. Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui os seguintes riscos associados aos seus negócios:

#### ***Risco de crédito***

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos alocados em caixa, equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e conceitos internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor para minimizar o risco de inadimplência.

#### ***Risco de taxas de juros***

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre os seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

#### ***Risco de regulação***

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

#### ***Risco Hidrológico***

A combinação dos três fatores: (i) baixo nível de armazenamento de água nos reservatórios do SIN (ii) permanência do atual cenário de despacho termoeletrico elevado (iii) a obrigação de entrega da garantia física - poderá resultar em uma exposição da Companhia ao mercado de energia de curto prazo, o que pode afetar os seus resultados financeiros futuros. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE expõe a Companhia à um rateio com base no PLD, gerando um dispêndio com GSF (Generation Scaling Factor) para os geradores hidrelétricos.

## 22 Instrumentos financeiros e gestão de riscos - Continuação

### **Risco de Descontratação**

Atualmente, todos os recursos das hidrelétricas da Companhia estão vendidos para o ACL. A receita de geração está sujeita também ao preço de contratação desta energia. Eventuais sobras ou faltas de energia terão o seu preço determinado nas condições do mercado de curto prazo, ou seja, Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

### **Risco de taxas de câmbio**

A Companhia não tem operações em moeda estrangeira.

### **Risco de liquidez**

Tão importante quanto a qualidade da geração de caixa operacional do negócio é a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Companhia tem como política a eliminação dos riscos de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações de valores de mercado e operando apenas instrumentos que permitam controles de riscos. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

### **Análise de sensibilidade**

Com base no relatório FOCUS de 30 de junho de 2021, foi extraída a projeção dos indexadores CDI e TJLP e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%. Para verificar a sensibilidade dos indexadores nas aplicações financeiras e dívidas foram definidos 05 cenários diferentes.

Para as aplicações financeiras em cada cenário foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração incidência de impostos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2021 projetando para um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Para os empréstimos em cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada foi 31 de dezembro de 2021 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

		Projeção Receitas Financeiras - Um Ano				
Indexador	Posição em 31/12/2021	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
		5,32%	7,97%	10,63%	13,29%	15,95%
Aplicações financeiras de liquidez imediata	CDI	47	2	4	5	6
Investimentos de curto prazo	CDI	13.626	724	1.086	1.448	1.811
Titulos e valores mobiliarios	CDI	3.554	189	283	378	472

		Projeção Despesas Financeiras - Um Ano					
Indexador	Taxa de juros a.a.	Posição em 31/12/2021	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
			3,04%	4,56%	6,08%	7,60%	9,12%
BNDES	TJLP +	1,93%	31.899	1.604	2.098	2.593	3.087
BNDES	TJLP +	2,22%	4.333	231	298	365	433

## 23 Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição, plano de previdência privada (onde o plano de aposentadoria é de contribuição definida) e educação continuada. A Companhia reconheceu no resultado o montante de o valor de R\$ 722 em 31 de dezembro de 2021 e R\$ 710 em 31 de dezembro de 2020.

No plano de contribuição definida, a Companhia patrocina um plano de previdência, mas deixa o risco para os beneficiários que podem ganhar mais ou menos de acordo com a gestão dos recursos, a patrocinadora não tem responsabilidade de garantir um valor mínimo ou determinado. Nesse caso a obrigação do empregador nos planos de contribuição definida são as contribuições.

## 24 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O quadro a seguir sumaria os riscos considerados e correspondentes valores da cobertura desses seguros em 31 de dezembro de 2021.

Risco/Objeto	Importância segurada	Prêmio	Término da vigência
Risco nomeado e operacional (*)	1.618.112	366	18/06/2022
Risco de responsabilidade civil geral	700.000	293	18/06/2022
Seguro de riscos equipamentos	130	2	10/09/2022
Seguro de veículos	100% Tabela Fipe	3	19/06/2022
<b>Total</b>	<b>2.318.242</b>	<b>664</b>	

(\*) Seguro de risco nomeado e operacional compreende em sua cobertura: prédios, maquinismos, móveis, equipamentos, mercadorias, matérias- primas e estruturas civis que façam parte do valor em risco declarado na Usina.

\* \* \*

**Contadora**  
**Patrícia N. S. Ferreira**  
CRC 1SP237063/O-2